



CONEXÕES BRASIL - CHINA

CONECTANDO HORIZONTES

UM RECONTAR

DAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA

Ana Carolina Gomes¹

Maria Luisa Serra²

Compreender a evolução das relações sino-brasileiras é fundamental para entender o papel que ambos os países exercem no cenário político contemporâneo. Mais do que uma simples troca de mercadorias, a construção da parceria estratégica representa uma categoria que prevê articulação política conjunta em temas de interesse mútuo (Altemani, 2012). Desde 2009, a China se consolidou como o maior parceiro comercial do Brasil (Konchinski, 2025), resultado de uma trajetória que remonta ao século XIX e que atravessou guerras, ditaduras e reorientações de política externa. Este texto reconstrói os principais marcos históricos dessa relação bilateral, argumentando que sua evolução revela menos uma aproximação linear do que um processo tenso e descontínuo, moldado tanto por imperativos econômicos quanto por disputas sobre autonomia e alinhamento no sistema internacional.

¹ Graduanda no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de IC pelo FAPERJ pesquisadora do LabÁsia.

² Graduanda no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Extensão da UERJ, pesquisadora do LabÁsia.

LINHA DO TEMPO

1974

Estabelecimento das Relações Diplomáticas

1988

Assinatura do Programa CBERJ
(Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres)

1993

Parceria Estratégica

2001

Entrada na OMC

2004

Criação da COSBAN

2009

Maior Parceria comercial do Brasil
Primeira Cúpula dos BRIC,
Criação da Coalizão BASIC

2010

Primeiro Plano de Ação Conjunta
entre Brasil-China (2010 - 2014)

2012

Parceria estratégica Global,
Criação do Diálogo Estratégico Global (DEG)

2024

Comunidade de Futuro Compartilhado Brasil-China
Por um Mundo mais Justo e um Planeta mais Sustentável



Embora o estabelecimento formal de laços diplomáticos tenha ocorrido apenas em 1974, sob o governo Geisel, a história dessa relação é bem mais antiga e começa num momento de turbulência para a China. Cantão era, no início do século XIX, o único porto chinês aberto ao comércio estrangeiro, e era ali que o mundo chegava ao Império Qing. Em 1830, os ingleses já dominavam as operações comerciais do porto, exportando seda, chá e porcelana para a Europa e introduzindo na nação asiática carregamentos crescentes de ópio.

A Primeira Guerra do Ópio, entre 1839 e 1842, resultou na derrota chinesa e na subordinação do Império às potências ocidentais, inaugurando o que os chineses denominam seu "século das humilhações". Em 1879, D. Pedro II autorizou a partida da corveta "Vital de Oliveira" em direção à China. A bordo, além de 184 tripulantes, seguia uma missão diplomática com o objetivo de negociar mão de obra chinesa para substituir o trabalho escravo no Brasil, em um momento em que o abolicionismo avançava e a elite agrária buscava alternativas.

A viagem durou mais de 400 dias e foi marcada por um alto custo humano. A missão fez escala em Hong Kong, mas conduziu as longas negociações em Tianjin, que resultaram, em 1881, na assinatura do "Tratado de Amizade, Comércio e Navegação", ratificado pelo Brasil em 1882. O tratado, contudo, não cumpriu seu objetivo original: o que dele restou foi a abertura de um consulado-geral brasileiro em Xangai, em 1883 (Scomazzon; Franco, 2020), posteriormente fechado com a Revolução Chinesa de 1949.

Figura 2 - GAO JIANFU, "Peng Shoujian", 1943

João Goulart, o

presidente eleito em 1961

Décadas depois, a emblemática viagem do vice-presidente João Goulart à China, em 1961, retomou esse fio histórico sob uma nova perspectiva e sinalizou uma aproximação com a China continental (Carneiro et al., 2021). A visita ocorreu em um contexto de efervescência da Política Externa Independente (PEI), formulada durante o governo Jânio Quadros e posteriormente conduzida por San Tiago Dantas.

A PEI buscava diversificar as relações exteriores brasileiras para além do alinhamento automático com Washington, ampliando o diálogo com diferentes polos do sistema internacional. A aproximação com a China, nesse contexto, não ocorreu por acaso e gerou desconforto entre setores políticos e militares brasileiros, além de despertar desconfiança por parte dos Estados Unidos.



Figura 4 - Força policial no período da ditadura, 1968 (Fonte: Fundo Documental do jornal Correio da Manhã)

O golpe militar de 1964 retardou em cerca de dez anos o diálogo entre as duas nações. As relações Brasil-China durante esse período foram marcadas por interações pontuais, em razão de divergências políticas e ideológicas, sobretudo porque o Brasil voltou sua atenção para o cenário político interno, institucionalizando políticas anticomunistas e alinhando-se ideologicamente aos Estados Unidos da América.

O cenário começou a mudar ainda durante a ditadura militar com o "Pragmatismo Ecumênico e Responsável" — doutrina formulada pelo chanceler Azeredo da Silveira durante o governo Geisel —, que, em prol do desenvolvimento brasileiro, defendia a ampliação das relações econômicas com outros Estados. Tal orientação refletia uma leitura realista e autonomista da inserção internacional brasileira, buscando reduzir vulnerabilidades estruturais por meio da diversificação de parceiros comerciais e tecnológicos, sem necessariamente implicar uma ruptura ideológica com o Ocidente (Pinheiro, 2007).

Além disso, do outro lado do mundo, também ocorriam profundas transformações, assim como os próprios rumos da Guerra Fria alteravam as relações entre Estados Unidos e China. Na década de 1970, a reaproximação entre Washington e Pequim permitiu, gradativamente, a ampliação das relações internacionais do país asiático. Ademais, o reconhecimento da República Popular da China como representante legítima da China na Organização das Nações Unidas, com a consequente ocupação do assento permanente no Conselho de Segurança em substituição a Taiwan, abriu caminho para a normalização das relações diplomáticas com o Brasil e com outros países aliados dos Estados Unidos.

Não por acaso, em 1972, o presidente da Associação Brasileira de Exportadores, Giulite Coutinho, chefiou uma missão empresarial à China, iniciativa que trouxe para o primeiro plano das agendas dos dois governos a necessidade do reconhecimento político e diplomático (Delfim Netto, 2009). Nesse sentido, colocando em perspectiva, o marco de 1974 revela-se tanto como uma convergência política, quanto como uma coincidência de pragmatismos, onde de um lado temos brasileiro, em busca de mercados e do outro lado o chinês, em busca de reconhecimento e legitimidade internacional.



Figura 5: Severo Gomes, Antônio Azeredo da Silveira e Chen Jié, Brinde com café brasileiro no Palácio do Itamaraty, 1974 (Fonte: Jornal Folha de São Paulo)

1974

O período de 1974 a 1985 foi marcado pela transição de uma relação estritamente comercial para uma cooperação de caráter técnico e científico que não pode ser observada apenas pelo ângulo brasileiro. Do lado chinês, o período coincide com uma das maiores rupturas de sua história contemporânea. A partir de 1978, sob Deng Xiaoping, a China adotou o programa das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, defesa e ciência-tecnologia), lançando uma política de abertura controlada ao exterior (Deng, 1978). A tarefa central do governo chinês passou a ser a modernização da economia, e a cooperação internacional econômica e tecnológica assumiu papel estratégico nesse projeto. Nesse contexto, a assinatura do Acordo de Cooperação Científico-Tecnológica entre Brasil e China em 1982 não foi um gesto unilateral de abertura brasileira - foi também uma resposta chinesa à necessidade de absorver conhecimento e tecnologia externos.

A visita do Presidente João Figueiredo à China em 1984, a primeira de um chefe de Estado brasileiro à República Popular da China (Brasil, 1984), simbolizou a consolidação de uma agenda bilateral que transcendia o intercâmbio de commodities, ainda que a assimetria estrutural entre as duas economias já começasse a se esboçar naquele momento. Isso prenunciou debates que ganharam centralidade décadas mais tarde acerca de dependência, desigualdades e assimetrias nas relações entre Brasília e Pequim. Um exemplo disso é justamente a parceria envolvendo o programa CBERS.

1985

O programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite), instituído em 1988, fez parte de uma iniciativa inovadora no setor técnico-científico espacial, possibilitando a transferência de tecnologia e o intercâmbio de pesquisadores entre Brasil e China. O programa desenvolveu dois satélites idênticos, o CBERS-1 e o CBERS-2, com o objetivo de inserir ambos os países no mercado de imagens espaciais, até então dominado pelas nações desenvolvidas. Os satélites são utilizados primordialmente para o monitoramento de recursos naturais, contribuindo para a mensuração e o controle do desmatamento e das queimadas na Amazônia Legal, além do monitoramento de recursos hídricos, áreas agrícolas, crescimento urbano e ocupação do solo. Outros acordos de cooperação espacial foram assinados em 2002, prevendo a continuidade do programa com o lançamento de satélites em 2013 e 2014 e, em 2015, com a assinatura de um protocolo para o desenvolvimento e o lançamento de um novo satélite.



Figura 6 - Figueiredo e Deng Xiaoping em Pequim, 1984

(Fonte: Jornal Folha de São Paulo)

A confiança mútua em áreas sensíveis, como a defesa e o uso dual da tecnologia espacial, serviu de base para a oficialização da Parceria Estratégica em 1993, diversificando a cooperação para áreas como saúde, educação, cultura e mídia (Altemani, 2012). A formalização da parceria foi, em grande medida, impulsionada pela visita do presidente chinês Jiang Zemin ao Brasil, sinalizando que Pequim também atribuía valor estratégico à relação, sobretudo no contexto de sua crescente projeção internacional no pós-Guerra Fria (Brasil, 1993). O Brasil foi, nesse sentido, o primeiro país a estabelecer uma parceria estratégica com a China, o que teve um valor simbólico considerável para Pequim em seu processo de construção de legitimidade internacional como potência em desenvolvimento (Altemani, 2012). No plano político, a partir de 2003, segundo Vigevani e Cepaluni (2007), a política externa brasileira, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, buscou diversificar parceiros e opções estratégicas, enfatizando a cooperação Sul-Sul e consolidando mudanças na política externa (Vigevani; Cepaluni, 2007, p. 283).

Sessões Plenárias da COSBAN 2006 – 2024

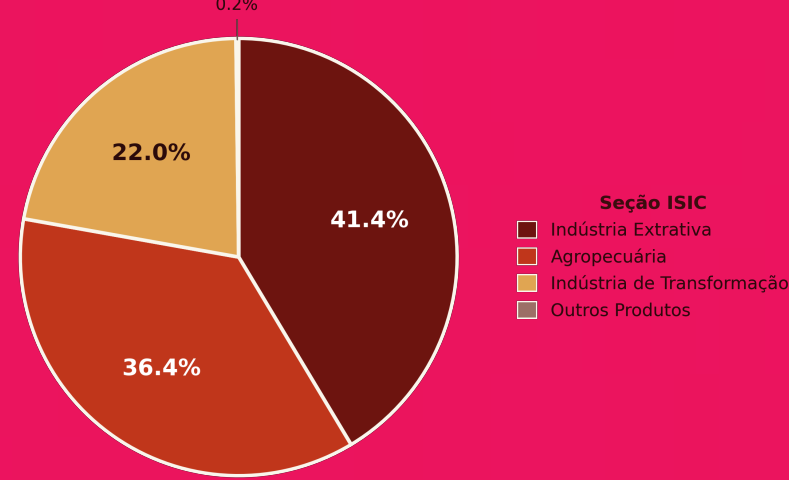
SESSÃO	ANO	LOCAL
I	2006	Pequim
II	2012	Brasília
III	2013	Cantão
IV	2015	Brasília
V	2019	Pequim
VI	2022	Virtual
VII	2024	Pequim 20 ANOS 🎉

Os governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) promoveram um adensamento institucional sem precedentes na relação bilateral, com a criação de mecanismos como o G20, em 2003, e da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), em 2004. A COSBAN institucionalizou o diálogo de alto nível entre os dois países por meio de sessões plenárias bianuais e da coordenação de subcomissões temáticas que abrangem áreas como política, economia, saúde, educação e cooperação espacial (Lima, 2016). A sétima e, até o momento, última reunião plenária da COSBAN foi realizada em junho de 2024, ano em que se comemoraram os 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China e os 20 anos de criação da Comissão. Na ocasião, também foram anunciados novos instrumentos de cooperação nos setores de agricultura, finanças, meio ambiente, mudanças climáticas, desenvolvimento social e inovação.

Houve também a consolidação dos BRICS (2006) como plataforma de concertação política entre economias emergentes. Logo após a crise financeira de 2008, a China ultrapassou os Estados Unidos e consolidou-se como o maior parceiro comercial do Brasil, encerrando oito décadas de primazia norte-americana nessa posição. Um marco relevante desse período também foi a elevação da relação ao nível de Parceria Estratégica Global em 2012, com o lançamento do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) e a criação do Diálogo Estratégico Global, consolidando a concertação política em fóruns multilaterais, especialmente no BRICS e na ONU, e a cooperação científico-tecnológica.

Exportações para a China por seção ISIC — 2025

Participação por seção, em US\$ milhões

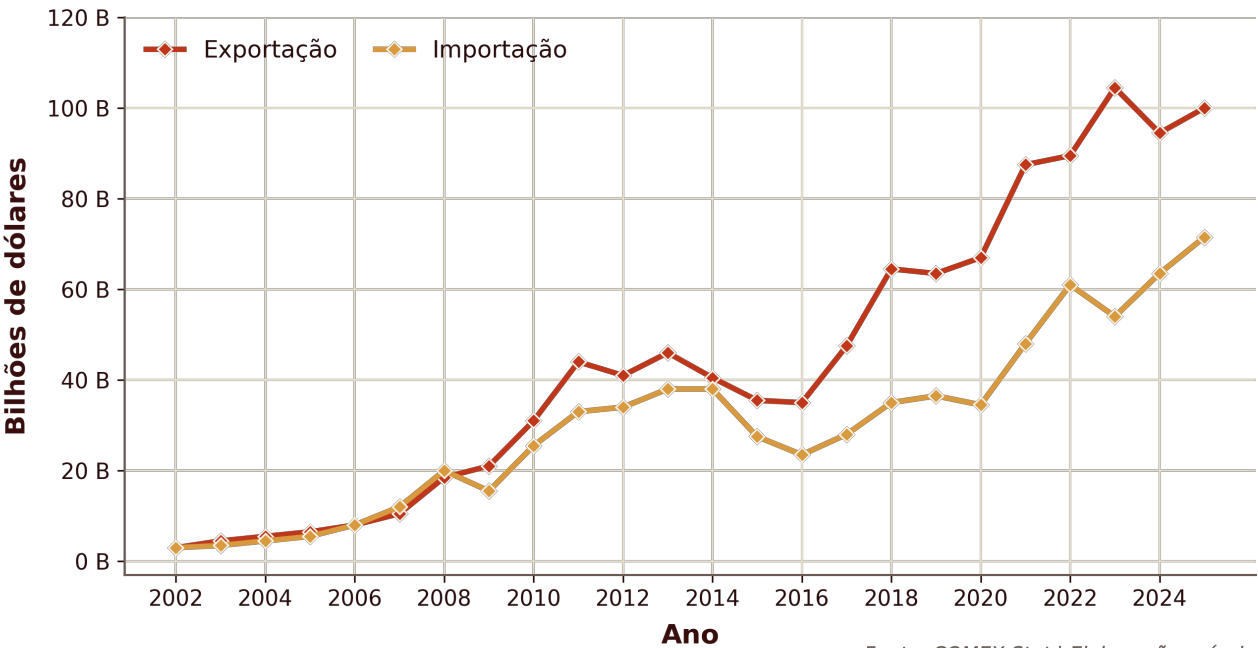


Em paralelo, o período corresponde a uma transformação igualmente profunda na sua projeção internacional. Sob Hu Jintao (2003-2013), a China consolidou a ideia de "ascensão pacífica", buscando ampliar sua presença no Sul Global sem acionar os alarmes das potências ocidentais. Já sob Xi Jinping (a partir de 2013), essa postura evoluiu para uma diplomacia mais assertiva, traduzida em iniciativas como a Rota da Seda e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, que reposicionaram a China como potência estruturante da ordem internacional em desenvolvimento - além de um ator que propõe cada vez mais se engajar no debate acerca de governança global (Xuetong, 2019)

Esse adensamento, contudo, não foi imune às oscilações da política doméstica brasileira. A literatura aponta que as alterações na política externa do Brasil, especialmente na forma como cada governo percebe a relação com as grandes potências, condicionam os rumos da parceria sino-brasileira. O governo Bolsonaro (2019-2022) representa o caso mais extremo, onde a postura ideologicamente hostil a Pequim de setores do governo gerou atritos diplomáticos relevantes, levando inclusive à demissão do chanceler Ernesto Araújo (Saraiva, 2022). Apesar do avanço dos processos mencionados anteriormente, a balança comercial brasileira apresenta superávit em relação à China pelo décimo sétimo ano consecutivo considerando os dados até o final de 2025 e no consolidado Janeiro/ Abril de 2026 tem-se um superávit de US\$ 11,65 bilhões de acordo com os dados disponíveis na Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Brasil-China: Fluxo Comercial (2002-2025)

Exportação e importação brasileira para a China



Fonte: COMEX Stat | Elaboração própria



A China oferece desafios e oportunidades ao longo desses mais de cinquenta anos de relações diplomáticas. Por um lado, a parceria sino-brasileira possibilitou a ampliação do comércio bilateral, do fluxo de investimentos e das possibilidades de cooperação tecnológica, por outro lado, é uma variável relevante para pensar o aprofundamento de algumas assimetrias estruturais que perpassam os países da América Latina desde a década de 80. O então governo brasileiro tem como marca uma política externa diametralmente oposta à formulada pelo governo anterior, o que demonstra uma clara tentativa de incorporação de temas estratégicos ligados à transição energética, inovação tecnológica, integração financeira e coordenação em fóruns multilaterais. O governo Lula III marcou a retomada do diálogo político de alto nível, a exemplo disso a visita de Estado realizada em abril de 2023 por Lula a Pequim e Xangai e a visita de Xi Jinping ao Brasil em novembro de 2024 com participação na cúpula do G20 no Rio de Janeiro e, em seguida, para a visita de Estado em Brasília, quando as relações foram elevadas ao nível de "Comunidade de Futuro Compartilhado".



Figura 8 – Assinatura do Plano de cooperação em projetos de infraestrutura e indústria, Palácio da Alvorada, 2024. (Fonte: Jornal Folha de São Paulo)



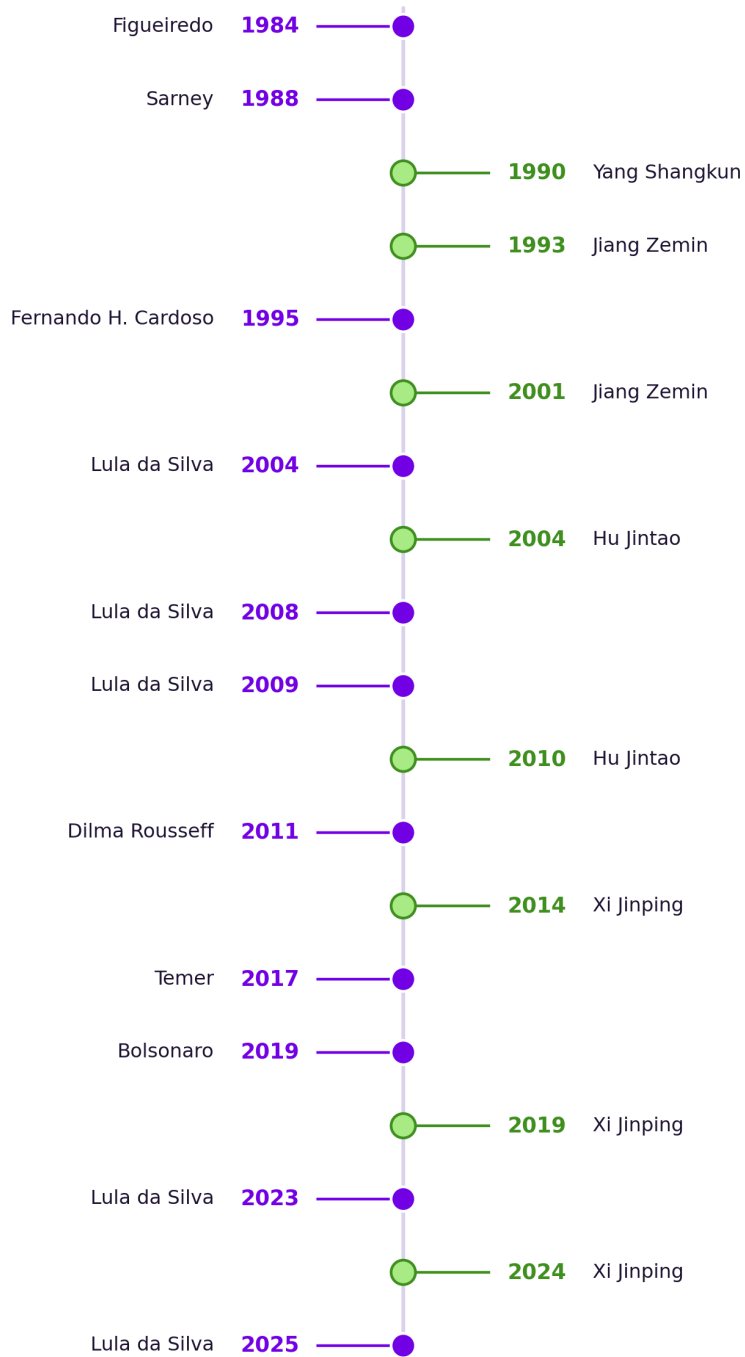
Figura 9 – Lula e Xi Jinping no Palácio da Alvorada, 2024. (Fonte: Esquerda Diário)

Visitas presidenciais

Brasil · China

Cronologia das visitas de Estado, 1984–2025

● Presidente brasileiro na China ● Presidente chinês no Brasil



Fonte: elaborado pelas autoras com base no Ministério das Relações Exteriores

Referências

- Barbieri, André. "Lula-Xi Jinping: a nova relação entre China e Brasil." *Esquerda Diário*, 10 de agosto de 2025. Acesso em 11 de maio de 2026. <https://www.esquerdadiario.com.br/Lula-Xi-Jinping-a-nova-relacao-entre-China-Brasil>.
- Borges, Fábio, Luiza Maria Martins e Felipe Nagual Paranhos Rabelo. "As relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China (2002-2023): continuidades, rupturas e desafios para o governo Lula 3." *Princípios* 43, no. 169 (2024): 25–46.
- Brasil, Ministério das Relações Exteriores. República Popular da China. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, s.d. Acesso em 6 de maio de 2026. <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-popular-da-china>.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Balança comercial preliminar – parcial do mês. 2026. https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html.
- Brasil, Presidência da República. COSBAN. s.d. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/vice-presidencia/aceso-a-informacao/outros/cosban>.
- . História do BRICS. s.d. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cupulas-do-brics/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>.
- . Visita do Figueiredo à República Popular da China: maio 1984. Brasília, DF: Gabinete Civil, Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1984. <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo/visita-do-figueiredo-a-republica-popular-da-china-maio-1984>.
- . "VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)." Planalto, 6 de junho de 2024. Acesso em 12 de maio de 2026. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/vice-presidencia/central-de-conteudo/noticias/vii-sessao-plenaria-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-cosban>.
- Carneiro, Igor da Motta Magalhães, Elisa de Sousa Ribeiro e Hugo de Freitas Peres. "Brasil e China: o histórico de quase meio século de relações diplomáticas." *Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor* (2021): 137–164.
- CEBRI. Por que o BRICS é estratégico para o Brasil? s.d. Acesso em 5 de abril de 2026. https://cebri.org/media/documentos/arquivos/AC_BRICS.pdf.
- Delfim Netto, Antônio. "Giulite, um fidalgo." *Folha de S.Paulo*, 15 de abril de 2009. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1504200906.htm>.
- Deng, Xiaoping. *Selected Works of Deng Xiaoping (1975-1982)*. Vol. 2. Beijing: Foreign Languages Press, 1984.
- Escher, Fabiano e John Wilkinson. "A economia política do complexo soja-carne Brasil-China." *Revista de Economia e Sociologia Rural* 57, no. 4 (2019): 656–678. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.191017>.
- Folha de S.Paulo. "Brasil e China completam 50 anos de relações diplomáticas de olho em visita de Xi." São Paulo, 10 de agosto de 2024. Acesso em 11 de maio de 2026. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/08/brasil-e-china-completam-50-anos-de-relacoes-diplomaticas-de-olho-em-visita-de-xi.shtml>.
- . "Xi Jinping faz visita de Estado ao Brasil." *Fotografia Folha*, 20 de novembro de 2024. Acesso em 11 de maio de 2026. <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1816280105582227-xi-jinping-faz-visita-de-estado-ao-brasil>.



Hiratuka, Célio. "Relações econômicas entre Brasil e China nas duas primeiras décadas do século XXI: uma perspectiva a partir dos desafios contemporâneos para a reindustrialização brasileira." *Economia e Sociedade* 33 (2024).

Konchinski, Vinicius. "China é maior parceira comercial do Brasil há 15 anos e compra mais do que o dobro dos EUA." *Brasil de Fato*, 11 de maio de 2025. Acesso em 8 de abril de 2026. <https://www.brasildefato.com.br/2025/05/11/china-e-maior-parceira-comercial-do-brasil-ha-15-anos-e-compra-mais-do-que-o-dobro-dos-eua/>.

Lima, Sérgio Eduardo Moreira, org. *Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos*. Brasília, DF: FUNAG, 2016.

Oliveira, Henrique Altemani de. *Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica*. Fino Traço Editora, 2012.

Passos, Paulo. "Pragmatismo, recado aos EUA e café levaram ditadura brasileira a reatar com a China." *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 de agosto de 2024. Acesso em 11 de maio de 2026. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/08/pragmatismo-recado-aos-eua-e-cafe-levaram-ditadura-brasileira-a-reatar-com-a-china.shtml>.

Pinheiro, Letícia. "'Ao vencedor, as batatas': o reconhecimento da independência de Angola." *Estudos Históricos* 1, no. 39 (2007): 83–120.

Saraiva, Miriam Gomes e Felipe Leal Albuquerque. "Como mudar uma política externa?" *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, no. 1 (2022): 148–166.

Silva, Joyce Helena Ferreira da. "Alterações na estrutura produtiva no Brasil e na China: um estudo comparativo das políticas industriais recentes." Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

Spektor, Matias. "Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)." *Revista Brasileira de Política Internacional* 47 (2004): 191–222.

Stuckert, Ricardo. *Presidente Lula durante viagem à China*. Agência Brasil – EBC, 13 de maio de 2025. Acesso em 11 de maio de 2026. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/es/foto/2025-05/presidente-lula-durante-viagem-china-1747152067-6>.

Sugimoto, Thaís Nascimento e Antonio Carlos Diegues. "A China e a desindustrialização brasileira: um olhar para além da especialização regressiva." *Nova Economia* 32, no. 2 (2022).

Vigevani, Tullo e Gabriel Cepaluni. "A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação." *Contexto Internacional* 29, no. 2 (2007): 273–335.



LÓTUS

VOLUME I - LAB. ÁSIA